

O TERRITÓRIO E SUAS VARIANTES: UMA INCURSÃO PELA GEOGRAFIA NA PÓS-MODERNIDADE¹

Teoría, historia y metodología de la Geografía

Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini²

UNESP-Ourinhos

lucasfuini@ourinhos.unesp.br

Resumo

O *território* aparece como um dos conceitos fundamentais da ciência geográfica, constituindo o edifício dessa área de conhecimento desde que ela se consolida em termos oficiais e institucionais, a partir do final do século XIX. Sendo conceito, ou seja, uma abstração a designar um conjunto de relações e processos, o *território* também apresentou, no desenrolar da história do pensamento geográfico, diferentes designações, conforme o contexto histórico ou o referencial filosófico e ideológico a tratá-lo. Mais recentemente, a ciência geográfica retoma com ímpeto o emprego do conceito para a análise da realidade socioespacial, ocupando o posto de destaque que no passado estava associado a outros conceitos e categorias fundamentais, como *região*, *espaço* e *paisagem* (MORAES, 2000). A Geografia brasileira passou a se situar nesse debate com mais vigor a partir de início dos anos 1990, atendendo ao prenúncio do geógrafo Milton Santos (2002) ao tratar do “retorno do território”, ou do território usado, como ele mesmo definia. Além disso, passam a vigorar também novas leituras de *território* naquilo que se chamou de pós modernidade, devido aos debates epistemológicos internos à Geografia e ao contexto de mudanças profundas no mundo e nas filosofias interpretativas deste. Passou-se, portanto, a valorizar, conforme aponta Claval (1999), a questão das *identidades* e das relações personalizadas de indivíduos e grupos com os lugares. Segundo o autor, a erosão de valores tradicionais e a mobilidade mais intensa facilitada pelas comunicações criam situações novas e redefinem a ideia de identidade com os *territórios*, inclusive da própria relação entre sociedade, Estado e território. Assim, aparecem com força as especificidades do território: seu conteúdo, princípio, finalidade e representação, as *territorialidades*; e sua ação, movimento e processo, as *territorializações*, *desterritorializações* e *reterritorializações*. Desse modo, esse artigo se constitui em um ensaio teórico, um trabalho de revisão e análise bibliográfica, e que se debruça sobre algumas concepções de território, em sua primeira parte, para avançar em sua interpretação temporal (*moderna e pós-moderna*) explicativa da ressurgência do conceito no debate geográfico, em sua segunda parte. Na terceira, tratamos, com mais detalhes, de algumas das variantes explicativas do conceito na Geografia brasileira, que na concepção de Raffestin (1993) se inscreve em relações de poder (*que o define e ajuda-o a definir*), como um produto da ação dos atores sociais a partir de uma realidade inicial dada, que é o espaço.

Palavras-chave: território; territorialidades; des-re-territorialização; identidades territoriais; pós-modernidade.

1. Introdução

O presente artigo propõe uma investigação sobre os diferentes significados do território, conceito fundamental das ciências humanas e geográficas, cujas origens remontam à prática de dominação de terras, os domínios, que levou à formação de unidades políticas cada vez mais organizadas e espacialmente delimitadas, como os Estados-nação. Propomos buscar diferenciar concepções de território ditas modernas, presentes nas abordagens geográficas do século XX,

¹ Este artigo é parte constituída dos esforços empreendidos na pesquisa de Pós-doutorado “*Território e Geografia no Brasil: uma análise da produção científica no período contemporâneo*” (Processo 322-Prope/Unesp), desenvolvida no âmbito da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP-Presidente Prudente e do Grupo de Pesquisa sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GASPERR), tendo a supervisão do Prof. Dr. Eliseu S. Sposito.

² Professor Doutor do Curso de Geografia da Unesp-Rio Claro. É membro dos grupos de pesquisa DITER/Unesp-Ourinhos; “Estruturas de governança e desenvolvimento territorial/Unesp-Rio Claro; GASPERR/Unesp-P. Prudente e GETERR/Unioeste-F. Beltrão.

daquelas tratadas como pós-modernas, mais frequentes em fins do XX e início do XXI. Desse modo, faremos um diálogo entre os postulados da geografia de forma geral, com as formas de tratamento na ciência geográfica brasileira, que também convive com essa transição que, ao mesmo tempo em que decreta o fim dos “territórios” diante das desterritorializações cada vez mais frequentes (BADIE, 1996; HAESBAERT, 2004; DELEUZE; GUATTARI, 2000), discute também um retorno do território em um universo de múltiplas territorialidades não só políticas-econômicas e coletivas, mas também culturais e singulares (SANTOS,1994; CLAVAL, 1999, SACK, 1986).

Gomes (1996) advoga que a Geografia construída como ciência desde o século XVIII seria o discurso da imagem moderna do mundo, e essa imagem teria como uma de suas principais referências, o postulado da ciência moderna e seu empirismo-naturalista, e de outro a reestruturação do poder pautada no Estado-nação moderno. Assim, o território consagra a unidade conceitual do discurso moderno da Geografia. Já o pós-moderno, que seria a própria superação do moderno e sua contraface dialética, se constitui a partir da crítica à razão científica moderna e sua generalização, valorizando o particular, o desconstrucionismo, o caos, e a perspectiva subjetiva ante a tradição. Desde a segunda metade do século XX, referências advindas das filosofias e da antropologia, com forte influência de autores como Foucault (2008, 2014), postulam que as relações de poder não são dadas, mas construídas historicamente e exercidas em grupos e indivíduos, e que não é exclusividade estatal o uso de formas coercitivas. Nessa mesma linha de renovação, correntes humanísticas vislumbraram nas identidades territoriais e territorialidades elementos não só do discurso ideológico nacional, mas também das referências culturais cada vez multiescalares e efêmeras, como o simbólico e o subjetivo que vigora nas cidades e em seus grupos sociais.

A Geografia brasileira também participa desse debate, desde a adoção de uma perspectiva mais naturalizada de território como substrato do Estado-nação, como fizeram os geopolíticos (COSTA, 1997), posteriormente sendo redescoberto como conceito no movimento de renovação da Geografia, nos anos 1970, quando se adota a instrumental marxista de análise do modo de produção capitalista, ainda vinculado à leitura Estado-territorial e política (ANDRADE, 2002; SANTOS, 1978; MORAES, 1988, 1997). Só nos anos 1990, em uma geografia brasileira influenciada por Raffestin em uma “*Por uma geografia do poder*”, de 1993, e os postulados filosóficos desconstrucionistas, aparecem textos e obras que apostam em uma leitura relacional, multidimensional, pós-colonial (emancipatória), autonomista e multiescalar de território, da territorialização e das territorialidades (SOUZA, 1995; HAESBAERT, 1995; SANTOS, 1996; SAQUET, 2007, PORTO-GONÇALVES, 2006).

Mas não se trata de um debate pronto e acabado, e sim uma transição, alvo inclusive de críticas. Moraes (2002) comenta que é um equívoco abandonar o Estado como eixo da análise territorial, sob inspiração foucaultiana, com o risco de cairmos em posturas neoliberalizantes que conduzem a fragmentação do território. Desse modo, o texto vai de desenrolar, em uma primeira parte, com definições basilares; a segunda, propondo a definição de um território moderno; e a terceira, tentando entender o que seria um território pós-moderno para a Geografia brasileira, e nas considerações finais, propõe-se uma síntese do exposto em um panorama conceitual de análise.

2. Território: concepções e variáveis analíticas

Primeiramente, é preciso pontuar que o território não é conceito científico exclusivo da Geografia, mas que transborda para outras áreas do conhecimento, sendo inclusive primeiramente definido em termos biológicos como *área-habitat* de uma espécie animal. Historicamente, o território começa a ser trabalhado como área de domínio político delimitada em fronteiras. É o território como domínio político-jurídico vinculado a um Estado soberano. No século XX, o território passa a expressar o espaço produzido, apropriado e valorizado pelo modo de produção capitalista em sua reprodução, envolvendo relações do Estado com as empresas, em uma sociedade dividida em classes. Eis a concepção econômica do conceito. No último quarto do século XX, o

território passa a ser concebido não somente pela materialidade, mas pela imaterialidade das representações e percepções sociais, as iconografias, símbolos e discursos, que dão a ele uma base cultural de análise.

Em síntese, território é um conceito e categoria (*a depender do valor que se dá*) que pode ser utilizado para explicar processos de apropriação, produção e uso do espaço pela sociedade historicamente, através de materialidades e imaterialidades, que se dão em relações de poder entre Estados, empresas e sociedades. O movimento de apropriação e identificação de/e com espaços, em termos físicos e discursivos, define a tríade territorialização-desterritorialização-reterritorialização, e as formas de pertencimento e domínio de um recorte espacial são as territorialidades, que se servem de referências e formas de pertencimento, as identidades territoriais.

Estariamos vivendo em um mundo de processos mais intensos de des-re-territorializações, de enraizamento e desenraizamentos, identificações e desidentificações, em que as redes de comunicação entre lugares e empresas favorecem a multiterritorialização, e os processos de ocupação de lugares por novas ordens econômicas, políticas e naturais, como a instalação de um parque industrial, um conflito ou guerra civil-militar ou desastres naturais, levam a população a se desterritorializar de um ponto e buscar refazer laços de trabalho e vida em outros pontos, se reterritorializar. O fundamento filosófico dessa concepção é o caráter dos agentes maquínicos, como o Estado, de gerarem desterritorializações em um sociedade-espaço que se apresenta como um rizoma, um reticulado de relações (HAESBAERT, 1995, 2004; SAQUET, 2007, 2008; DELEUZE, GUATTARI, 2000).

As territorialidades, segundo Raffestin (1993), estão associadas ao vivido territorial por membros de uma coletividade, um sistema de relações de poder em que aparece como processo e produto. Apoiando-se em Hall e Soja, Raffestin (1993) define a territorialidade, ao mesmo tempo, como um fenômeno de comportamento associado a organização do espaço em esferas de influência diferenciadas, em territórios distintos e exclusivos (*concepções de inclusão e exclusão*), e também como a compartimentação da interação humana no espaço através do senso de exclusividade e identidade espacial. A territorialidade seria um plano em que se dá a simbiose homem-meio. Para Badie (1995), o princípio da territorialidade é político, como instrumento de dominação do poder político, um meio de definir e delimitar uma comunidade politicamente pertinente (*projeção geográfica, e é também cultural, pertencendo ao universo dos sentidos, representações e dos modos de legitimação*). Sack (1986) afirma que a territorialidade nos humanos é uma forma de comportamento espacial, uma estratégia usada para afetar, influenciar e controlar fontes, pessoas e áreas, e que pode ser ligada e desligada. A territorialidade humana é algo enraizado social e geograficamente, estando relacionada à maneira com que as pessoas usam o meio e organizam-se no espaço e como dão sentido ao lugar. A territorialidade é um uso sensato do espaço historicamente, sendo o componente geográfico para se entender como a sociedade e espaço estão inter-relacionados, uma verdadeiro mescla da Geografia histórica com a Geografia social.

3. O território moderno

Podemos falar de um tratamento territorial pré-moderno que faz uso de descrições e relatos sobre o território, sem um conhecimento sistemático sobre ele, seguindo a tradição greco-romana (*geografia clássica*), ainda muito forte na Geografia que se faz nos séculos, XVI e XVII e XVIII. Assim fez o padre Ayres de Casal, chamado de “pai e fundador da geografia brasileira”, em sua *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil* (1817), sem aparentar ter recebido influência direta dos métodos racionais da ciência moderna. Na obra se encontram descrições compartimentadas em províncias, sobre o método da colonização, o estado das povoações e produções da agricultura e indústria de cada uma delas, indicando-se o que há de mais notável na natureza (*como são rios, lagos, montes, cabos, portos, ilhas, animais, minerais e vegetais*). O território, quando aparece no texto, é usado para designar a extensão do território dito como “vastíssimo”.

O território não foi um termo invocado nos primórdios da Geografia moderna, de Immanuel Kant, Alexander Von Humboldt, Karl Ritter, que optaram por outros, como espaço, meio, habitat, paisagem e lugar. Pois que, Friedrich Ratzel, outro geógrafo alemão, nas obras *Antropogeografia* (1882-1889) e *Geografia Política* (1887), modifica essa realidade e coloca o território em centralidade no discurso geográfico moderno. O território, na Geografia política ratzeliana, é o corpo do Estado, as vezes confundido com o solo e os recursos naturais, e este corpo deve ser alvo de domínio, proteção e expansão, um espaço vital, garantindo o progresso de um povo. Para Moraes (1990), o sentido ratzeliano de território é o de uma porção da superfície terrestre apropriada por um grupo e também a de um espaço que alguém possui, atribuindo-lhe identidade.

Estado é obrigado a viver do solo. Ele possui invariavelmente apenas as vantagens oferecidas por um solo que lhe é assegurado. É o que exprime a ciência política quando diz que o território pertence à essência do Estado. Ele designa a soberania como *jus territoriale* e estabelece a regra que as mudanças territoriais podem fazer-se apenas por leis. (RATZEL, 1987, p. 51).

Cumpram-se um hiato em quase toda a primeira metade do século XX, período em que se naturaliza o território como parte-componente do Estado e não como conceito operacional com significado próprio e elementos constitutivos. Um dos autores a realçar novamente na Geografia política a influência do território foi Jean Gottmann, entre os anos 1950 e 1970, apontando para novas perspectivas analíticas. Em texto de 1975, o autor parte da concepção de território como extensão espacial da jurisdição de um governo, a arena espacial do sistema político e conexão ideal entre espaço e política. Mais adiante, o mesmo esclarece que as manifestações territoriais se dão: através de usos do território, visto tanto como abrigo (*desenvolvido autocontido*) e recurso (*desenvolvimento em redes de relações, expansionista*); como um dispositivo psicossomático, ao mesmo tempo material e psicológico, que garante liberdade e diversidade de comunidades separadas; e também marcado pelo conflito entre circulação e iconografia.

A geografia brasileira manifestou uma primeira linha de abordagem territorial moderna através dos geopolíticos, seguindo a orientação ratzeliana e de outros de seus seguidores mais voltados a uma linha geoestrategista e militarista, como Rudolf Kjéllen, que influenciou outros nomes, como Alfred Mahan (*“poder marítimo dos Estados Unidos”*), Halford Mackinder (*“áreas pivô e coração continental-heartlands”*), Isaiah Bowman (*análise geopolítica do imperialismo e da guerra, status quo territorial*), Karl Haushofer (*luta por espaços e determinismo territorial*) e Nicholas Spykman (*rimland, teoria da contenção*). Todos esses nomes refletem os anseios de seus países em um período em que ainda se colocava a questão da unificação política e do imperialismo econômico-territorial. O território aparece como base operacional das estratégias do Estado, valorizando-se sua extensão, recursos minerais, acidentes naturais, e perde-se a dimensão ratzeliana de tratá-lo como um conceito científico com elementos característicos. Os geopolíticos brasileiros, como E. Beckheuser, M. Travassos, L. Rodrigues e Golbery Couto e Silva, herdaram essa tradição em suas teorias que versam sobre a posição estratégica brasileira no subcontinente, a unidade nacional e a divisão regional, com forte cunho militarista (COSTA, 1992).

Nos anos 1970, ganha influência a perspectiva crítico-marxista de leitura da relação sociedade-espaço, e nela as ideias de Henri Lefébvre sobre a produção do espaço tiveram grande repercussão, em sua teoria crítica sobre o espaço. “(...)o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência (poder)” (LEFÉBVRE, 2006, p. 31). Lefébvre admita a existência de espaços de representação, vividos mais que concebidos, cuja coesão decorre do imaginário e simbolismo de um indivíduo ou grupo.

Nessa perspectiva, Santos (1978) vai definir o território como uma parte constituinte do Estado-nação, junto do povo e a soberania. O território teria limites imutáveis, mas cuja extensão seria variável e se caracterizaria pelo uso que se faz do poder e o tipo de relação entre classes sociais e formas de ocupação. O território se manifesta, através de suas sociedades territoriais, pelo

modo de produção dominante à escala internacional, pelo sistema político que particulariza as características do modo de produção no âmbito nacional, e o impacto dos modos de produção precedentes no atual. O conceito que articula os modos de produção, o arranjo político nacional e subnacional e o território é a noção de formação socioespacial.

Modo de produção, formação social e espaço. Essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que formam junto o modo de produção (produção, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados em um movimento de conjunto, em uma formação social. Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem no espaço (SANTOS, 1977, p. 86-88).

Andrade (1963, 1995) reconhece no território um conceito de valor em sua análise, em alguns momentos usando-o apenas como referência para um espaço de relações (*território construído ou ocupado*), em outras aprofundando-o como elemento teórico de seu método de análise. Em obra de 1963, a “*Terra e o homem no Nordeste*”, Andrade menciona a ocupação do território vinculada à expansão geográfica do povoamento, as infraestruturas e às atividades econômicas instaladas. Nesse momento, o autor dava destaque ao conceito de região e com ele realizava sua síntese analítica com forte inspiração do modo empírico-descritivo da geografia francesa. Em obras mais recentes, deu um aprofundamento maior ao território. Em Andrade (1995), o território aparece como vinculado a ideia de poder (público-estatal ou das grandes), de domínio e de gestão sobre determinada área, podendo ser tratado ora na vertente da ação do Estado no controle do território (*F. Ratzel*), ora na vertente das relações entre classes sociais e o espaço ocupado/dominado (*Eliséé Reclus*). A territorialidade seria a expressão subjetiva, a consciência das pessoas que habitam o território de participarem de sua formação, de integrarem um território e seu Estado. É também usada para definir aquilo que se encontra no território e está sujeito à gestão governamental. Seu reverso seria a desterritorialidade, elemento da dialética da expansão do território, que se refere a grupos que se sentem prejudicados pela forma e violência com que foram feitas as territorializações por forças políticas e órgãos de comunicação (*Ex: indígenas, posseiros etc.*)

A produção do território decorre do processo histórico de sua ocupação, como ocorreu no Brasil desde o período colonial, e nesse processo concorrem diferentes tipos de territorializações. Vejamos em Andrade; Andrade (1999, p. 23):

Para se compreender a divisão do território brasileiro em estados e, conseqüentemente, a existência de estados federados e a desigualdade de seu desenvolvimento, torna-se necessário compreender também o processo de transformação do espaço brasileiro em território, o processo de povoamento, as motivações que o provocaram e os percalços encontrados durante cinco séculos de povoamento. Daí a análise que fazemos do processo de territorialização (...) entre as várias unidades que compõem o país

Moraes (1988, 2000, 2002) constrói sua perspectiva territorial associada à valorização do espaço, historicamente, no processo de constituição territorial do Brasil, destacando-se as concepções de território, formação territorial, Estados territoriais, territórios coloniais e ideologias geográfico-territoriais. O *território* é um espaço social, um produto socialmente produzido com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza. A valorização do espaço que dá origem ao território é reconhecida pela materialização das formas reinantes em uma sociedade na paisagem, é o valor fixado que se torna qualidade do lugar. “O território emerge como uma totalidade para a Geografia, um espaço dotado de historicidade própria” (MORAES, 2000, p. 21). As *formações territoriais* são percebidas pela gênese dos conjuntos espaciais contemporâneos, indicando processos resultantes de construções políticas, econômicas, bélicas, jurídicas e ideológicas. A formação territorial é um dos elementos que define as particularidades nacionais, e

para o caso brasileiro, envolve sempre uma faceta da colonização expressa na difusão do modo de vida da sociedade que o empreende, no caso a europeia-lusitana. Formam-se, assim, *territórios coloniais*, acréscimos dispersos e descontínuos dos espaços metropolitanos, representando formas particulares de valorização do espaço com um padrão geográfico periférico, partes subordinadas de um império sendo verdadeiras periferias do mundo capitalista. Os *Estados territoriais* são qualificadores do Estado moderno, um Estado específico e historicamente localizado, com uma referência espacial clara para exercício de seu poder, uma jurisdição territorial. A construção da jurisdição territorial do Estado envolve a busca por uma identidade nacional em discursos que associam o espaço de controle do estado ao bem comum e interesse geral (unidade e integridade territorial). (MORAES, 2000, 2002). São estas as *ideologias geográficas* que servem para legitimar o domínio territorial de um Estado, sua conquista e integridade territorial via solidariedades forjadas pelas classes dominantes. As classes dominantes construíram no Brasil uma identidade através de uma concepção cartográfica de nação (recorte do espaço). São ideologias difundidas através de discursos, aparelhos escolares, imprensa e elementos simbólicos diversos para legitimar um projeto nacional básico (sentido e identidade de um Estado) que tem como fundamento a reprodução do poder de mando das elites e seus espaços de dominação, dando essência à existência de um pacto conservador pautado na perpetuação oligárquica em um Estado patrimonialista (MORAES, 1988, 2002).

Becker, outra autora fundamental, desenvolve reflexões sobre a aplicação de políticas no território através do planejamento estatal, com forte ênfase na geopolítica. Em artigo de 1988, a autora define o território, com base em Raffestin (1993), como o espaço da prática e também um produto da prática espacial, envolvendo a apropriação de um espaço que implica em um limite, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço, além de ser também um produto usado e vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática. Já a territorialidade, com base em Sack (1986) e Brodenil; Ostrowesky (1979), é “a relação com o espaço que se tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do reforço do controle sobre uma área geográfica específica, o território (BECKER, 1988, p. 128). É a face vivida do poder que se manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais e que se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, em uma identidade de base territorial. Já a gestão do território é “uma prática científico-tecnológica do poder no espaço-tempo” (BECKER, 1988, p. 129), articulando a perspectiva da modernidade e da coerência das múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade e um princípio de realidades (*relações de poder absorvendo conflitos*), em uma estratégia formulada e tecnicamente aplicada por empresas e elementos de governo, em uma gestão identificada com a logística, com a preparação dos meios e a velocidade de sua atuação em uma visão projetiva de futuro. Ao estudar o significado histórico das novas tecnologias em relação às estruturas espaço-temporais, Becker (1995) destaca as dimensões e lógicas econômicas, políticas e culturais que convergem para a diferenciação espacial e valorização estratégica dos territórios, contrastando o espaço de fluxos acionado por decisões políticas e estratégias organizacionais, com os projetos alternativos advindos da sociedade - e seus movimentos sociais, e do território.

Deste modo, a abordagem territorial moderna, através dos autores acima citados, se define como “Estadocêntrica” e se divide em quatro grandes linhas de análise: uma mais empiricista-naturalista associada aos geopolíticos de influência ratzeliana e de seus discípulos (BECKER, 1995), outra mais historicista-estruturalista, vinculada às proposições de Andrade e Moraes que seguem a visão de “ciclos históricos de longa duração”; uma terceira mais materialista-histórica, postulada por Milton Santos e outros geógrafos a trabalhar com as formações socioeconômicas e espaciais, e uma quarta, funcionalista-pragmática de orientação geopolítica, defendida por Bertha Becker. Alguns desses autores, como Moraes e Becker, em seus textos, se apresentaram na fronteira entre as concepções territoriais da modernidade e da pós-modernidade, aceitando a lógica culturalista de tratamento das territorialidades, mas mantendo uma linha de análise das macropolíticas e dos arranjos e ordenamentos territoriais articulados pelo Estado historicamente.

4. O território pós-moderno

Podemos de antemão afirmar que o território pós-moderno é algo ainda em construção. Mas é possível afirmar que os postulados pós-modernos de território evidenciam: *a)* uma abordagem humanística, culturalista e imaterial, que dá peso aos significados e representações e que aproxima territorialidade de lugar; *b)* uma influência filosófica pós-marxista que concebe as relações de poder como um exercício que ocorre em várias escalas (maiores e menores); *c)* a perspectiva de mutação dos Estados-territoriais, que diluem as formas de poder e apropriação políticas do espaço para outros atores, com a crise das soberanias territoriais; *d)* o projeto de se superar visões hegemônicas e colonialistas de Estado e território, propondo-se referência de autonomia e emancipação em que os territórios e territorialidades refletem a visão dos movimentos sociais e dos povos oprimidos.

Nesse contexto de renovação, alguns nomes marcaram influência. Raffestin, em sua obra de 1980 “*Por uma geografia do poder*”, propõe ultrapassar uma geografia do Estado ratzeliana, através de uma visão esquemática e relacional do poder e do território, que se desdobra em três aspectos: *a)* uma problemática relacional, na qual o poder é a chave que circula em toda a relação e que é exercido pelos atores saídos da população, e não é possuído nem adquirido; *b)* o território como produto dos atores sociais e que parte de uma realidade inicial, o espaço, sendo visto como um processo em que se manifestam todas as relações de poder em malhas, redes e centralidades, território que também é produto consumido e vivenciado pelos personagens que concorrem em sua elaboração; *c)* a territorialidade que permite ver o caráter simétrico e dissimétrico das relações de poder, o produto territorial oriundo de um sistema de relações existenciais ou produtivistas. Baseando-se em autores como Lefévre, Foucault e Soja, Raffestin pode ser considerado um dos primeiros autores da Geografia a propor uma teoria do território que superasse a proposta moderna.

Um dos autores que mais aprofundou a vertente territorial imaterial e culturalista foi Joel Bonnemaïson, em consonância à visão de território-poder pós-moderna. O autor, em texto original de 1981, caracteriza o território em sua perspectiva humana como o lugar da mediação entre os homens e sua cultura, nascendo dos pontos e marcas que os homens deixam no solo (*geossímbolos, lugar, itinerário, uma extensão, por motivos religiosos, políticos e culturais, que exerce uma dimensão simbólica e de identidade*), definindo um meio de vida e o enraizamento de um grupo social. O território seria partilhado, em termos de significado, com a ideia de territorialidade. A territorialidade seria a expressão de um comportamento vivido, englobando a relação do território e o espaço estrangeiro, incluindo aquilo que fixa o homem aos lugares e aquilo que os impele para fora do território (entre o fixo e o móvel; entre o que dá segurança e o que projeta a liberdade). Essas questões envolveriam a definição de um espaço cultural: [...] como espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores. A ideia de território fica associada à ideia de conservação cultural. (BONNEMAISON, 2002, p. 111).

Claval sintetiza esse movimento de mudança, em artigo de 1996 (*publicado no Brasil em 1999*), analisando a qualidade do território na transição da pós-modernidade. O autor reconhece as mudanças pelas quais o conceito passou com o declínio das filosofias e ideologias vigentes no século XX e a fragilização das identidades, com uma preocupação crescente com a diferenciação dos lugares como referenciais de distinção espacial. Para o autor, a principal mudança na transição para a pós-modernidade ocorre no âmbito das identidades dos indivíduos e grupos associados à territorialidades simbólicas, em um mundo de questionamento das filosofias da história (*como a marxista-leninista*) e que pela comunicação e facilidades de deslocamentos vê proliferar variados pontos de referência para a ancoragem territorial. Em suma, “os discursos identitários contemporâneos proclamam assim a necessidade, para o grupo, de dispor de um controle absoluto do território que ele torna seu” (CLAVAL, 1999, p. 22).

Dos anos 1970 aos 1990, a ciência geográfica brasileira vê-se influenciada por filósofos e antropólogos que colocam o território no cerne de seus estudos. Da parceria de Félix Guattari com

Gilles Deleuze, filósofos franceses, surge a ideia de “desterritorialização”, que os autores referendam como 'palavra bárbara' que busca explicar o movimento de entrada e saída do território, concluindo que todo movimento de desterritorialização é acompanhado da reterritorialização em outras partes (DELEUZE, 1988, apud HAESBAERT, 2004). A perspectiva territorial que aparece em algumas das obras dos autores se envolve nas multiplicidades e na cartografia de rizoma que representaria, em fundamento pós-estruturalista e de inspiração pós-marxista, a superação das dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história e corpo e alma. Deste modo, o *território* pode ser considerado um espaço vivido, um sistema percebido para um sujeito, como a sua própria casa, sendo sinônimo de apropriação e subjetivação. Como fundamento da leitura desses autores se encontra a relação entre território e agenciamentos, sendo tais agenciamentos territoriais os conteúdos, expressões, discursos e ações construídos e moldados no movimento concomitante de territorialização e desterritorialização, seja por razões étnico-tribais ou por força dos sistemas maquínicos (GUATTARI, ROLNIK, 1986).

Michael Foucault (1926-1984) é outro dos filósofos cuja obra se propõe a realizar uma história crítica da modernidade. Seus escritos foram utilizados por geógrafos estrangeiros e brasileiros para fundamentar a discussão sobre a concepção de território (*e espaço e lugar*) vinculada às relações de poder e as questões de identidade. Destacam-se, nesse vínculo, a influência das obras como “*Microfísica do poder*”, de 1979, “*Vigiar e Punir*”, de 1975, e “*Segurança, território e população*”, de 1977, esta última a tratar da formação e estrutura dos Estados modernos e de conceitos como governo e governamentalidade, caros à discussão territorial. Foucault participou também à sua época de um rico debate com Gilles Deleuze e Félix Guattari. Foucault (1979) destaca que o poder (*e as relações de poder*) deve ser visto em sua exterioridade, onde se implanta e produz, os “elementos periféricos dos sistemas de poder”, daí um peso grande dado à dimensão espacial. Segundo o autor,

(...) o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou, melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1979, p. 103).

Nessa perspectiva, diversos geógrafos brasileiros passaram a explorar novas nuances e repertórios na análise territorial, valorizando-se, cada vez mais, a interdisciplinaridade do conceito.

No Brasil, Milton Santos inicia sua “guinada” territorial nos anos 1980, ao mencionar que o território poderia ser analisado por frações funcionais que atendem a processos que ocorrem em diferentes escalas (multiescalaridade). No início dos 1990, em evento denominado “*O novo mapa do mundo*”, proclama o retorno do território como categoria geográfica fundamental, indo além da visão da modernidade Estado-territorial, propondo a ideia de um território transnacionalizado, qualificado por seus usos e pela relação dialética de horizontalidades e verticalidades, um controle direto da produção local e um controle político remoto (global). Santos passa a explorar o território em suas análises utilizando da concepção “território usado”, sinônimo de espaço geográfico, definido pelos sistemas de engenharia, as atividades econômicas e a população e seus movimentos (SANTOS, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Outra perspectiva dialética apontada pelo autor é da contraposição das normas locais, territorializadas, com os comandos, ordens e normas globais, desterritorializadoras. Enfim, o território é visto como teatro das paixões humanas, lócus do trabalho e da moradia e das lutas sociais, por vezes o aproximando do sentido de espaço e lugar, outras vezes reduzindo-o apenas à configuração territorial (*materialidades de formas-funções*) ou divisão territorial do trabalho (*especialização dos lugares*). Na essência, o autor faz uma leitura de

território como construção política e econômica multiescalar, definido pelos atores hegemônicos (*Estado e grandes empresas*) e os hegemonzados.

Porto-Gonçalves, assim como Santos, inicia seus estudos na perspectiva geográfico crítica-marxista, mas na virada para os anos 2000 é que aprofunda reflexões sobre o território e as territorialidades. Em texto de 1992, o autor define o território como um espaço tornado próprio pelos seres que instituem suas identidades coletivas através da prática de *geo-grafar* a terra, dando o exemplo da unificação política propiciada pela difusão linguística. Fugindo do rótulo de pós-moderno, e das dicotomias subjacentes, o que o autor propõe é uma crítica ao sistema-mundo moderno colonial, baseado na colonização da América e na assimétrica relação que a Europa propõe com outras partes do mundo. Essas relações assimétricas prosseguem ainda hoje, como sugere Quijano (2000), com a colonialidade do poder (*e do saber*), conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo (*forma de dominação político-econômica e administrativo-jurídica das metrópoles europeias sobre as colônias*), se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios são localizadas no mundo contemporâneo, tanto nas estruturas nacionais internas quanto no sistema internacional. Assim, a recuperação do território se dá pela descolonização do pensamento, em que o conceito (*e o Estado territorial*) possam ir além de uma visão eurocêntrica apoiada no Direito romano (*visão de propriedade*) e no Tratado de Vestfália de 1648 (*visão de soberania*). Propõe-se desnaturalizar o território como substância a-histórica, um estanque continente de poder, e mostrá-lo como invenção e realização concreta dos sujeitos históricos que o instituiu, de blocos históricos regionais conformados a partir de relações sociais e de poder assimétricas, e de formas de manifestação de poder subalternizadas e de resistências contra-hegemônicas. O autor usa o exemplo dos seringueiros do Acre, em artigo de 2006, para tratar de formas de apropriação familiar e comunitárias (*uso comum*) dos recursos naturais, formas estas de organização espacial sem regulação estatal. Assim, o autor conclui

(...) que pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Assim, eram racionalidades distintas em conflito. Concretamente a luta política era também uma luta para afirmar outras epistemes. Naquelas circunstâncias inventou-se uma determinada territorialidade, a reserva extrativista, onde inclusive se rompe com a tradição eurocêntrica de, como sempre, separar, ali, no caso, a natureza da sociedade, como se faz nas unidades de conservação (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 168).

Porto-Gonçalves avança em uma construção própria do sentido de pós-moderno ao também buscar a superação da visão estanque que associa território ao poder do Estado, e sua crítica ao colonialismo e à colonialidade requer identificar e aceitar novas formas de poder que se manifestam no tecido social. No bojo dessa proposta de territorialidades contra-hegemônicas encontram autores como B. Fernandes, M. L. de Souza, R. Haesbaert e M. A. Saquet, que a despeito de apoiarem suas críticas em literaturas e concepções típicas da modernidade, vão além ao proporem formas de entendimento inovadoras e que requerem o pensar na multidimensionalidade e na multiescalaridade do poder no/do território.

Fernandes (2008) afirma que o território é constituído a partir do espaço geográfico, pelas transformações decorrentes das relações sociais no processo de produção do espaço. Assim, o território envolve intencionalidade (*amplitude de significação conforme as características de ação e poder vinculadas às teorias, métodos e instituições*), multidimensionalidade (*dimensões sociais, políticas e econômicas*) e multiescalaridade (*do local ao internacional*), e seus empregos mais recentes se relacionam mais especificamente aos “espaços de governança”, definidos por órgãos governamentais e agências multilaterais e que não consideram os conflitos (*e resistências*) entre “territorialidades” de grupos sociais envolvidos em determinado projeto territorial. O território passa a ser usado como instrumento de controle social para, por exemplo, subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. A ideia de

soberania (necessidade humana para a liberdade) também qualifica a abordagem territorial, não se limitando à soberania exclusiva do aparelho estatal, mas representando também as instituições que formam o Estado-nação, como seus poderes, partidos, sindicatos, igrejas, fundações, empresas, cooperativas, movimentos e organizações não-governamentais que disputam o poder no Estado e no território. Para se fazer um estudo no âmbito territorial, o autor propõe uma tipologia em que a materialidade e imaterialidade, os fixos e fluxos, do/no território são evidenciados a partir dos seguintes níveis: *a) o primeiro território*, espaço de governança da nação e ponto de partida da existência das pessoas, onde ocorre disputas territoriais pela expansão de políticas hegemônicas que levam à espoliação-desterritorialização; *b) o segundo território*, compreendido pela ideia de propriedade como espaço de vida, particular ou comunitário, onde se coloca a questão da soberania (*do capital e das famílias e comunidades*) no bojo do posicionamento das classes sociais nas relações sociais de produção (*propriedade dos meios de produção, territórios e poderes de decisão*); *c) o terceiro território*, definido como espaço relacional integrador das dimensões territoriais e que se expressa pelas conflitualidades entre classes, grupos, sociedade e Estado. Trata-se também do território imaterial presente nas ordens, controles e domínios associados à construção do conhecimento e interpretações sobre o território. Além disso, Fernandes (2005) desenvolve ainda a concepção de movimentos socioterritoriais, entendendo que todo movimento social se territorializa devido às dimensões de poder e de controle social que lhes são inerentes e demandam um certo espaço de atuação, pois que os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas é algo essencial para sua existência, como os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados que podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

Haesbaert (1995, 2004, 2009) aparece como um dos geógrafos de vanguarda ao realizar uma síntese crítica da teoria espacial moderna e pós-moderna, e propor a tese da “desterritorialização como mito”, apoiando-se em ampla base teórica, com aportes da filosofia desconstrucionista de Foucault e Deleuze; Guattari. Desde início dos 1990 o autor trabalhou com os movimentos de migração dos gaúchos expandindo a fronteira agrícola da soja, naquilo que chama de diáspora e que foi compreendido como um processo de desterritorialização de povos do Rio Grande do Sul e uma reterritorialização no oeste da Bahia. Em texto de 1995, o autor já destaca que a desterritorialização, como um movimento que leva à saída de populações de um lugar, está apoiada na montagem de um espaço e sociedade em rede que conduz a massificação economia, tecnológica e cultural e à quebra de vínculos de identidade e pertencimento. Quando ocorre de forma violenta, com o comprometimento dos meios de sobrevivência, forma-se como resíduo os aglomerados de exclusão, uma forma de territorialização precária. Aprofundando essa teoria, Haesbaert (2004) aperfeiçoa a tese de que a desterritorialização é, em si, um mito, quando pensada em um mundo sem fronteiras, tecnológica e comercialmente integrado e cuja mobilidade estaria acessível a todos. Retomando sua visão de território como espaço apropriado e produzido por relações de poder em termos políticos, econômicos e culturais (multidimensionalidade), o autor elabora uma revisão crítica sobre as visões sobre des-re-territorializações contidas na literatura filosófica e das ciências sociais, assumindo que em todo movimento de desterritorialização há sua contrapartida dialética, a reterritorialização, e o período contemporâneo, das redes digitais e informacionais e dos transportes rápidos, permite ir além dos territórios zona, configurando territórios-rede que consagram multiterritorializações, como é o caso das grandes empresas e sua rede de filiais e subcontratadas, e mesmo das redes terroristas de articulação internacional. A multiterritorialidade, para o autor, seria uma concepção de espaço-tempo da pós-modernidade. Mais recentemente, Haesbaert (2010) dá centralidade, em sua argumentação à noção de contenção territorial, um tipo de territorialidade das sociedades de (in)segurança com a reclusão territorial (de exclusão ou fixação) de populações, em um modelo de biopoder aplicado por instituições e práticas disciplinares para barrar e conter as massas, uma barragem criada em Estados de exceção que visam o controle de ditas “culturas bárbaras” ou “excedentes perigosos”.

Saquet (2006, 2007a, 2007b, 2011), assim como Haesbaert, busca sua “matéria-prima” inicial para analisar o território no Estado do Rio Grande do Sul, com o movimento de colonização italiana, com a definição de suas fronteiras, e mais recentemente, como objeto de análise o modelo de agricultura familiar proposto pelos descendentes de colonos (camponeses) em territórios do sul do Brasil. Saquet (2007a) define o território pelas relações de poder que ele enseja. Seriam “relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado nas suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na Igreja, enfim, em nossa vida cotidiana” (SAQUET, 2007a, p. 25). O autor busca em sua proposta de abordagem territorial articular as dimensões sociais do território com a natureza exterior ao homem (*processo histórico e das escalas espaciais*), perfazendo uma ampla retrospectiva bibliográfica sobre o conceito (*imbricado na análise das relações de poder*), tanto na Geografia brasileira quanto em fontes estrangeiras para entender o quadro histórico de constituição de nações como territorialidades, des(re)territorialização e desenvolvimento no/do território. O conceito de território deve ser analisado em suas dimensões sociais (*expressas nas territorialidades*), como a economia (E), a política (P), a cultura (C) e relações do homem em sociedade com sua natureza exterior (N), reconhecendo a importância do tempo histórico, da coexistência espacial (*multiescalaridade*) e as continuidades e discontinuidades definidas pelas redes, relações de poder e identidades. Posto isso, o autor propõe uma abordagem simultaneamente material e imaterial do território, pois na “territorialização há localização, formas espaciais, relações e interações, fluxos e redes, movimento (...), por sujeitos diversos, interesses, necessidades, escalas e lugares” (SAQUET, 2007a, p. 160). Além disso, o autor destaca que a o movimento de territorialização é marcado pela reprodução de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas, e a concepção de territorialidade extrapolaria as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais, e envolveria também a dinâmica econômica centrada em *seus* agentes sociais, pois que a territorialidade traz a perspectiva da *materialidade* e *imaterialidade* no movimento de *TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização)* (SAQUET, 2007b).

Já o desenvolvimento, em perspectiva territorial e multidimensional, é visto como processo, considerando os seguintes elementos: *a)* da apreensão e reordenamento das relações de poder no modo capitalista de produção; *b)* da valorização e preservação das identidades culturais e das potencialidades locais; *c)* e das redes (de cidades, de comércio, políticas e culturais) que precisam ser adequadas (*curtas, longas e intermediárias*) para facilitar a cooperação, solidariedades e desenvolver as autonomias (*gestão democrática da cidade, do urbano, do agrário, enfim, municipal e territorial*) em diferentes níveis escalares do território. A compreensão da temática (*e problemática*) do desenvolvimento passa, portanto, pela compreensão “das relações existentes entre os espaços urbano e rural e, ao mesmo tempo, das processualidades (históricas e relacionais – temporalidades e territorialidades) ambientais, econômicas, políticas e culturais” (SAQUET, 2011, p. 10). Em suma, o território, neste prisma, é visto como processual, relacional e (i)material, pois

(...) território, há temporalidades e territorialidades, discontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s) (SAQUET, 2007b, p. 73)

Souza, em texto de 1995, afirma que o território é caracterizado pelas relações do poder que se expressam no espaço, envolvendo apropriação, ocupação social desse espaço e a criação de identidades socioculturais. A compreensão do território segundo o autor, mudou durante o transcorrer da história do pensamento geográfico. Buscando superar o distanciamento entre a abordagem política (*que se refere ao Estado, solo pátrio*) e cultural (*de grupos sociais, tribos urbanas*), propõe a perspectiva de territorialidade como “campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define um limite, uma alteridade, entre

‘nós’ (do grupo, da comunidade) e os ‘outros’ (estranhos, os de fora)”. Assim, considerando as relações sociais projetadas no espaço, poderíamos ter, em áreas urbanas e nas metrópoles, a presença de territórios (*e territorialidades*) da prostituição feminina e masculina (*os chamados espaços deteriorados*), com um caráter cíclico (*ou flutuante*) de territorialização entre usos diurnos e noturnos, e móvel e de limites instáveis com áreas de influência deslizando sobre espaços variáveis (*ruas, becos e praças*). Há também a formação de territórios com temporalidade bem definida encontrados nas grandes cidades, como os nordestinos em certas áreas públicas (praças) e os camelôs em certas ruas, envolvendo conflitos devido à apropriação do espaço em ambientes que os discriminam. Há também a territorialidade descontínua e altamente pulverizada do tráfico de drogas, pois seus *territórios-enclave* acham-se disseminados pelo tecido urbano, comportando-se como uma territorialidade-rede típica de organizações criminosas e grupos mafiosos, articulando territórios contínuos (*favela territorializada pela organização criminosa*) e descontínuos (*mercado de consumo de drogas*) na lógica de exclusividade de um poder em um território. O autor propõe que tanto o conceito de território quanto o de desenvolvimento, que se encontram envoltos historicamente na figura do Estado-nação e no modelo civilizatório ocidental e capitalista (*que propõe o controle e dominação do território por grupos hegemônicos em perspectiva conservadora*), devem permitir um engajamento maior na perspectiva das territorialidades autônomas, que levaria à superação do economicismo predominante na abordagem do desenvolvimento, pensando-a no sentido de uma coletividade ter o poder de reger a si própria, pois “para uma dada coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representam ambos uma *conditio sine qua non* para uma gestão socialmente justa dos recursos contidos no territórios” (SOUZA, 1995, p. 112). Mais recentemente, Souza (2013) perfaz uma síntese sobre sua concepção de território, destacando os seguintes elementos do conceito: tratado como um campo de forças; visto como espaço social em si mesmo intangível e multifacetado; não se refere apenas à construção discursiva dos Estados-nação, mas também à dimensão de análise de ativismos sociais e movimentos emancipatórios; a valorização da dimensão cultural-simbólica, inclusive do cotidiano, permite ‘descoisificar’ o conceito de território; territorialização e desterritorialização é um processo que envolve o exercício de relações de poder e projeção dessas no espaço, como as migrações forçadas e os territórios móveis e cíclicos; pode ser analisada mediante as variáveis tempo (de longa duração ou efêmero) e da presença ou não de contiguidade espacial.

Seguindo a linha de análise das relações sociais territorializadas através dos micropoderes e das microfísicas do poder (De CERTEAU, 1996; FOUCAULT, 2014), Pinós da Costa (2007, 2012, 2013) aparece como um dos principais representantes na geografia brasileira da abordagem sobre as microterritorialidades ou microgeografias territoriais, com atenção às territorialidades e identidades territoriais de grupos e tribos sociais nos espaços urbanos, com as características de ocorrerem em escalas variáveis, serem efêmeras no tempo e espacialmente flexíveis, inclusive podendo se comportar como territórios-rede. As microterritorialidades, com especial ênfase aos grupos e comunidade homoafetivas e homoeróticas, envolve a territorialização das convivências em pequenas partes (apropriadas) do espaço social, representando, ao mesmo tempo, a existência territorial como controle dos desviantes em relação às normas e padrões vigentes; por outro lado, emergindo um espaço delimitado de autenticidade, refúgio de autenticidade relacional por entre as perspectivas objetivas do mundo social (PINÓS DA COSTA, 2012). O território, neste sentido, se torna o local de encontro dos indivíduos orientados pelo mesmo sexo, lugar possível do esclarecimento e da efetivação e territorialização do desejo através do compartilhamento, concordância, símbolos, certezas e contradições. É um território sem formato rígido, onde se dá a agregação humana sem fronteiras visíveis, fluído, disforme, sobreposto e justaposto. As microterritorializações homoafetivas, desse modo, aparecem como microespaços apropriados cujas fronteiras são as do compartilhamento e que lidam com as convergências e segregações de suas diversidades identitárias, e que se territorializam para poderem existir (PINÓS DA COSTA, 2007). Em suma,

A microterritorialidade é este concreto difuso que une em uma realidade espacial restrita a ação, a lembrança, a imaginação e os fatores que escapam ao “querer” próprio do sujeito (ou concebem um querer pela obrigação e pelo aprendido), pois estes fatores estão impregnados a ele por sua própria vivência em sociedade, pela sua própria localização em um meio técnico e moralmente produzido. A microterritorialidade torna-se o espaço de interação humana em que interagem subjetividades desejantes (PINÓS DA COSTA, 2013, p. 65).

É possível afirmar que essa linha de análise das territorialidades em recortes espaciais pequenos, com forte ênfase no cultural e subjetivo, foram aquelas que melhor ilustram a linguagem da pós-modernidade, do esforço por entender que no período atual os “mecanismos de poder atuam mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos” (FOUCAULT, 2014, p. 291), não se resumindo ao Estado-nação e às normas rígidas da racionalidade institucional moderna, mas admitindo novos formatos de território em que se cruzam o econômico, o político e o cultural em escalas diversas em intencionalidades que visam não somente o controle rígido de recursos e populações, mas também a autonomia e emancipação de grupos e movimentos sociais, com identidades próprias e mutantes. Mesmo Moraes (2002) admite que o território é alimentado, de forma dialética, por interesses e valores materiais e simbólicos, e que emerge na atualidade um viés culturalista de território que estaria mais associado à visão da Antropologia. Admitindo que analisar o território em perspectiva disciplinar levaria à sua fragmentação e ao reducionismo analítico, entendemos que a visão territorial pós-moderna não implica em um total abandono da forma moderna estatal-nacional de organização política das sociedades e de seu âmbito espacial de poder, o território. Mas, indica um avanço, acrescentando novas dimensões aos entendimentos das relações de poder territorializadas, novos recortes espaciais e propostas de superação de paradigmas tipicamente modernos de tratamento do conceito, como a soberania exclusiva dos estados, a rigidez das fronteiras, o colonialismo como estratégia de conquista territorial e a subordinação econômica e cultural, da compreensão da historicidade territorial apenas pelo viés das relações materiais vinculadas modos de produção etc.

5. Considerações finais

O presente artigo, como excerto de nossa pesquisa de pós-doutorado, trouxe a proposta de analisar o conceito de território, como dimensão das relações de poder, produção, controle, uso apropriação do espaço pela ação da sociedade, na transição paradigmática da modernidade para a pós-modernidade, com destaque para a contribuição da geografia brasileira nesse cenário, através de excertos de textos e proposições de autores selecionados.

Deste modo, primeiramente concluímos sobre a não-vinculação do tratamento da pós-modernidade, nem como formato definido e fechado de compreensão da ciência e da racionalidade contemporânea, nem como dicotomia de contraposição à modernidade. Trata-se, antes, de um processo e uma transição que incorpora e atualiza elementos da modernidade e que perfaz críticas e busca superar alguns outros pilares modernos, acompanhando a própria passagem histórica dos modos de produção, dos parâmetros tecnológicos, dos paradigmas artísticos e arquitetônicos, das formas de organização políticas e de configuração do espaço.

Admitimos que ao identificar autores geógrafos com discursos modernos e/ou pós-modernos, estamos trabalhando em certo nível de generalização, mas que segue alguns parâmetros-chave para tal discernimento, como a maior ou menor ênfase dada ao Estado-nação como exclusivo agente de territorialização e produtor de territorialidades, aos usos territoriais associados à produção econômica capitalista e às formações socioespaciais nacionais, às visões do poder no/do território e seus agentes produtores (institucionais, coletivos ou individuais), ao valor dado à imaterialidade do

simbólico/subjetivo nas representações e produções territoriais, à consideração de que grupos e movimentos sociais também produzem visões e projetos territoriais contra-hegemônicos.

Conforme as visões apresentadas se aproximaram de um tratamento mais ou menos relacional, multidimensional, inter ou multiescalar e interdisciplinar do conceito de território, observamos que se tratavam de análises inspiradas pela transição da pós-modernidade, sobretudo por assimilarem postulados que definem as relações de poder não somente pela posse e soberania rígida de uma área por um ator, mas pelo exercício através de coerções em processos e ações, convergindo com uma ideia de território mais reticulado (em rede), com fronteiras e limites móveis. E considerando as análises feitas no Brasil, vale também considerar a aproximação de estudos de territórios e territorialidades com leituras pós-coloniais, buscando superar a racionalidade de um sistema-mundo baseado em uma divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, propondo-se abordagens autonomistas, emancipatórias, de resistências e soberanias dos movimentos sociais e de gestões democráticas dos territórios.

Associar um postulado sobre o território com a proposta da modernidade ou da pós-modernidade não é um julgamento de valor, como se tivéssemos uma visão boa e outra ruim. É, antes, um esforço científico de buscar uma classificação didática que contextualize o tratamento do conceito historicamente, identificando as principais influências filosóficas e teóricas a inspirar as diversas definições atualmente disponíveis. Alguns autores, como Milton Santos, transitaram por diferentes concepções de território, ora identificadas com postulados modernos, ora, como o próprio autor assumiu, com a pós-modernidade. Outras invocações buscaram superar e contestar visões tidas como limitadoras, como as de Souza, Haesbaert e de Porto-Gonçalves. Assim, é possível concluir que vivemos em uma transição entre projetos e que, no que tange ao território, perspectivas conflitantes e não-conflitantes convivem, se reforçando ou se negando, propiciando, nesse embate, a devida atualização do conceito às realidades socioespaciais em constante mutação.

Referências

- AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.
- ANDRADE, Manuel C. **A questão do território no Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação**. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 213-220.
- _____.; ANDRADE, Sandra M. C. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geosocial**. São Paulo: Contexto, 2003 (Série *Pensando a Geografia*).
- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BECKER, Bertha K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.
- _____. Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. **Território**, v.1, n.2, p. 5-17, 1997.
- _____. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. 2, número especial, p.99-125, 1988.
- _____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 271-308.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny, **Geografia cultural: Um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 83-132.
- BRODENIL, J.; OSTROWESKY, S. **Pour une réévaluation de la puissance sociale des dispositifs spatiaux**. Espaces et societies. Paris, 1979.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 1, n.2, 1999.
- COSTA, Wanderley M. **Geografia política e geopolítica**. 2ª. Ed., São Paulo: Edusp, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

- FERNANDES, Bernardo M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S., **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão popular, 2009, p. 197-216.
- _____. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, Bernardo M., **Campesinato e territórios em disputa**. SP: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.
- _____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuições teóricas para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Unesp, ano 8, n.6, jan./jun. 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28 a. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. SP: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Sécurité, territoire, population**. Cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Gallimard/Seuil, 2004.
- GOMES, Paulo C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.
- _____. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, AGB-Campinas, v.2, n.3, p. 523-545, 2012.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Raquel. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 165-206.
- _____. Territórios, insegurança e risco em tempos de contenção territorial. In: PÓVOA NETO, H., FERREIRA, A. VAINER, C., SANTOS, M. (org.), **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond. 2010, p. 537-557.
- _____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.
- HARVEY, David **Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. SP: Loyola, 1989.
- LEFÉBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início, fev.2006
- MORAES, Antônio C. R. **Ideologias geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil**. SP: Annablume, 1988.
- _____. **Ratzel**. SP: Ática, 1990.
- _____. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.
- _____. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____.; COSTA, Wanderley M. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. SP: Hucitec, 1984.
- PINÓS DA COSTA, Benhur P. **Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade**. Tese (doutorado), Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-graduação em Geografia, dez. de 2007, 360 f.
- _____. As microterritorialidades nas cidades: reflexões sobre as convivências homoafetivas e/ou homoeróticas. **Terra Plural**, Ponta Grossa, UEPG, Mestrado em Geografia, v.6, n.2, p.257-271, jul/dez. 2012
- _____. Microterritorialidades: uma relação entre objetividade do espaço, cultura e ação intuitiva do sujeito. In: HEIDRICH, Álvaro L., et. al, **Maneiras de ler: geografia e cultura**, Porto Alegre, Imprensa Livre-Compasso/Lugar/Cultura, p. , 2013.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, n. 11-12, p. 9-76, ago/1992-ago/1993.
- _____. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana E., **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires, Clacso, 2006, p. 151-197.
- _____.; QUENTAL, Pedro A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Pólis-Revista Latino-Americana**, n. 31, p. 2-28, 2012.

- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.), **La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. SP: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio C. R., **Ratzel**. SP: Ática, p. 32-107, 1990.
- _____. A relação entre o solo e o Estado (Cap. I). - Texto traduzido. **Geosp**, n. 29, p. 51-59, 2011.
- SACK, R. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. SP: Hucitec, 1986.
- _____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. SP/RJ: Record, 2003.
- _____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-20.
- _____. **Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. SP: Edusp, 1978.
- _____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.
- _____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.
- _____. Proposições para estudos territoriais. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 8, n. 15, 2006.
- _____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007b.
- _____. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate**, Campinas, Unicamp, vol. XIX, n. 21, p. 5-15, jan./jun. 2011.
- SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- _____. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1993.